Quarta-Feira, 25 de Novembro de 2026

Policial Militar é Preso em Operação contra Esquema de Extração Ilegal de Ouro em Mato Grosso

Operação Jogo do Ouro desarticulará rede criminosa com movimentações de R$ 400 milhões em ouro ilegal.

A Polícia Federal executou nesta quarta-feira (25) a **Operação Jogo do Ouro**, visando desmantelar uma organização criminosa dedicada à extração e comercialização clandestina de ouro, além de lavagem de capitais e delitos conexos.

A operação foi coordenada conjuntamente com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Federal em Mato Grosso (GAECO/MPF-MT) e a Receita Federal do Brasil.

A 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de Mato Grosso autorizou a execução de 32 mandados de busca e apreensão em Mato Grosso e São Paulo, abrangendo os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Rondonópolis, Alta Floresta, além de Diadema e São José do Rio Preto no estado paulista.

Também foram cumpridos quatro mandados de prisão em flagrante, incluindo um contra um policial militar em serviço ativo. O juizado também determinou medidas cautelares adicionais como sequestro, arresto e congelamento de ativos financeiros totalizado em até R$ 400 milhões.

As ações patrimoniais atingem 35 pessoas e entidades jurídicas, englobando propriedades urbanas e rurais, automóveis, embarcações, aeronaves, criptomoedas, participações empresariais e rebanhos.

O processo investigativo iniciou-se em fevereiro de 2026 através de diligências em uma instituição bancária em Várzea Grande, que resultou na apreensão de aproximadamente R$ 200 mil em notas de banco e talões de cheques.

Subsequentemente, mediante autorização judicial para compartilhamento e exame de registros, identificaram-se transações financeiras desproporcionais à renda dos suspeitos, somando mais de R$ 400 milhões no período investigado.

Conforme as investigações, a organização adquiria ouro proveniente de operações garimpeiras clandestinas em Mato Grosso, inclusive próximas às Terras Indígenas Sararé e Munduruku, usando estruturas para mascarar a procedência do minério e dos ganhos originários da venda.

As apurações também apontam uso de empresas de diversos ramos para circulação de recursos, sacagens em numerário e redistribuição de quantias para terceiros, além de transporte do ouro entre estados para comercialização.

Os levantamentos mostram ainda indícios de instalação clandestina para transformação do minério e negociações para exportação ilegal do metal precioso.

As apurações indicam ainda a participação provável de um policial militar da ativa, ocasionando sua remoção cautela das atribuições funcionais e revogação do porte de armamento.

A Receita Federal participa do cumprimento das determinações judiciais para identificar prováveis transgressões fiscais relacionadas aos fatos sob apuração.

Os crimes identificados podem enquadrar-se como usurpação de patrimônio federal, mineração clandestina, associação para delinquência, ocultação de origem de bens, receptação, corrupção, quebra de

confidencialidade funcional, favorecimento pessoal, negligência administrativa, porte e negociação ilegal de firearm e infrações fiscais.